

HISTÓRIA, ENSINO E PESQUISA EM MUSEUS: UMA EXPERIÊNCIA NO MUSEU HISTÓRICO REGIONAL (MHR)

Eduardo Roberto Jordão Knack*

RESUMO: O presente artigo procura levantar algumas considerações sobre as atividades desenvolvidas por historiadores em museus históricos a partir da experiência de formação acadêmica e atuação profissional dentro do Museu Histórico Regional de Passo Fundo (MHR). Entre as questões abordadas estão as possibilidades de pesquisa de alguns aspectos do trabalho no museu, como o acervo, o patrimônio histórico, o perfil dos visitantes, bem com o ensino e sua relação com o público, fundamental para servir como guia no desenvolvimento de exposições e atividades educativas. A partir de uma discussão teórica e da reflexão sobre o trabalho prático no MHR, procura-se discutir o papel do historiador e dos museus históricos na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: História, Museu, Ensino, Pesquisa, Patrimônio.

ABSTRACT: This text aims to raise some considerations about the activities developed by historians in historical museums. These considerations were developed in an academic training and in a professional experience, both of them in the Museu Histórico Regional de Passo Fundo (MHR). Among the questions raised are the possibilities of research of some aspects of the job in the museum, like the collections, the historical heritage, the profile of the visitors as well as the teaching and its relation with the public. These questions are essential since they function like a guide in the development of the exhibition and of the educational activities. Considering the theoretical discussion and the reflection about the job in the museum we discuss the role of the historians and of the historical museums in the contemporary society.

Keywords: History, Museum, Education, Research, Heritage

Trabalhando com o patrimônio

É fundamental iniciar apontando a importância da definição do conceito de patrimônio para o trabalho em museus históricos, pois parte-se da concepção de que a vida do museu gira em torno do patrimônio: prédio, acervo, ação museológica. Discutir os conceitos de patrimônio e memória patrimonial é importante para a conscientização das representações que a prática em museu está contribuindo para legitimar ou deslegitimar. O Museu Histórico Regional (MHR)¹, além de trabalhar com o patrimônio (o acervo do museu deve ser compreendido como um patrimônio da comunidade, especialmente quando trata-se de uma instituição pública), também está vinculado a um prédio tombado pelo poder público municipal. Assim, o museu está relacionado com a memória coletiva da cidade sob diferentes perspectivas, o que traz a necessidade de refletir sobre as relações existentes entre patrimônio e museu para orientar as atividades de pesquisa e de ensino nesse espaço. Halbwachs (2006, p. 41), investigando o aspecto coletivo da memória, afirma que “[...] se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que viamos, que vemos agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo.”

Essa afirmação introduz algumas das problemáticas a serem desenvolvidas no presente trabalho, pois qualquer atividade realizada dentro de um museu (exposições, oficinas, pesquisa, entre outras), é planejada e executada por um grupo de pessoas que, além de trabalhar com

temas e problemas que dizem respeito à história de uma coletividade, certamente percebem essa história a partir do seu próprio prisma. Essas, entre outras questões, são debatidas adiante.

Os museus históricos na contemporaneidade assumem importante papel em seu trabalho de preservação, conservação e divulgação (conscientização e educação patrimonial) de seus acervos. Em um mundo que prioriza cada vez mais a velocidade das informações, do trabalho e das próprias relações sociais, o “passado”, configurado nos acervos de instituições e espaços de guarda e preservação da memória de uma comunidade, encontra-se em um paradoxo interessante. Ao mesmo tempo que os objetos, os bens históricos desses “lugares de memória” encontram-se ameaçados pelo esquecimento, por uma cultura progressista que coloca o novo em contraposição ao velho, a necessidade de construção, justificação e legitimação de memórias históricas é ressaltada em nosso presente. Abreu (1996, p. 202), citando Pierre Nora, define o contexto de emergência dos lugares de memória: “[...] como assinalou Pierre Nora, nas sociedades modernas, onde a acentuada fragmentação da vida coletiva e a crescente valorização do indivíduo gerou a desagregação dos laços de continuidade, surgiu, em contrapartida, a necessidade de criação de lugares para a preservação de memórias coletivas que antes eram geridas pelos grupos sociais.” Horta lança uma luz sobre essa questão quando afirma que:

A ideia de “progresso” aliada a tudo o que é recente e novo joga para os sótãos ou para os museus tudo o que é obsoleto, e na linguagem popular a expressão “coisa de museu” refere-se ao que não tem mais sentido ou função no meio social. (HORTA, 2011, p. 271)

As “coisas de museu”, em nosso mundo de inovação/renovação, proliferam-se cada vez mais, colocando aos profissionais dos museus o problema de pensar e repensar a aquisição de seus acervos. Essa situação não deve ser pensada apenas em termos de objetos gerados pelas inovações tecnológicas a serem adquiridos (telefones celulares, máquinas fotográficas, máquinas de escrever, computadores, entre outros objetos que se tornam obsoletos com uma incrível rapidez), mas também em termos de espaços e sociabilidades urbanas. A modernização das cidades brasileiras ameaça as edificações históricas (tombadas ou não como patrimônio) e as práticas sociais relativas ao mundo urbano. Esse quadro configura o que alguns teóricos convencionaram chamar de “pós-modernidade”, entendida como uma superação de antigos modelos de explicação e orientação da sociedade característicos dos séculos XIX e XX.

Em contrapartida, esse contexto pressiona determinados grupos sociais a buscar, formar e legitimar suas identidades, como uma espécie de base, de porto seguro frente à inconstância, à velocidade das transformações sociais que não proporcionam mais o espaço (constantemente alterado pela modernização urbana) e o tempo (o ritmo das sociedades modernas que domina a vida) para a afirmação e rememoração de suas experiências. Dessa forma, inúmeros grupos recorrem não apenas aos museus, mas a diferentes espaços e práticas sociais para cristalizar suas memórias, suas experiências do passado que conferem sentido a sua existência. Como Tedesco aponta:

Diferentemente do que a pós-modernidade pensa e analisa, nesse contexto de mercantilização da cultura, percebe-se a necessidade de construir uma

biografia, uma história da própria vida que esteja com possibilidade de fornecer, ainda que limitadamente, um senso de continuidade do tempo num contexto de fragmentação. A memória patrimonial, independentemente do fato de para quem esteja servindo, possui esta característica. (TEDESCO, 2004, p. 74)

Além de desfiar o paradoxo da contradição entre fragmentação/esquecimento/novo X velho, também é preciso perceber o problema que envolve os profissionais da área. Partindo da afirmação de Tedesco, a memória patrimonial deve ser entendida em suas estreitas relações com os grupos sociais que a legitimam. O museu vive no âmbito coletivo dessa memória. Possamai (2002 a, p. 341) levanta indícios para compreendermos a delicada situação dos trabalhadores envolvidos com os diferentes lugares de memória quando aponta a definição de uma importante característica inerente ao conceito de patrimônio. De acordo com a autora, “[...] a definição do que é patrimônio, por outro lado, como operação de escolha, seleciona os bens culturais que são relevantes, segundo determinados valores, para serem preservados – e lembrados –, ao passo que outros bens podem ser destruídos – e esquecidos.”

De acordo com a posição dos autores citados, é possível afirmar que os trabalhadores de museus, bem como profissionais envolvidos com educação patrimonial em diferentes lugares, encontram-se em situação delicada. Desempenham uma importante função para a sociedade no mundo atual, caracterizado pela inconstância, pela transformação, fragmentação de identidades e pela aceleração da história, conservando memórias e bens culturais. Porém, ao mesmo tempo, devem ter consciência que suas atividades nesses espaços estão relacionadas à característica de seleção de bens patrimoniais. Patrimônio e museus estão intimamente relacionados, Possamai (2000, p. 27-28) mostra que a investigação dessa relação “[...] pode lançar algumas indagações sobre a preservação de determinadas estruturas materiais, que acabam por tornar-se consagradas na sociedade e sobre a veiculação de discursos subjacentes à seleção do que deve perdurar.”

O trabalho em museus envolve a dimensão coletiva e também seletiva do patrimônio histórico cultural. É preciso compreender o patrimônio e os acervos dos museus como representação de um determinado grupo social. Os lugares de memória não são neutros, nem mesmo apenas a soma dos conjuntos, dos objetos ou prédios que a história nos legou. Como Le Goff (2003, p. 525) indica:

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.

Esses bens estão em nosso presente por escolhas claras e objetivas da sociedade sobre o que, por que e para que preservar, bem como a seleção daquilo que foi considerado descartável, passível de ser abandonado e esquecido. Muitas dessas escolhas são feitas por profissionais da área (historiadores, museólogos, antropólogos, arquitetos, etc), outras são impostas por outras forças (especulação imobiliária, interesse/descasso do poder público, interesse/descaso de grupos sociais em preservar, legitimar sua memória nos espaços da ci-

dade, entre outros). O patrimônio dificilmente representa todos os membros de uma nação, região ou cidade. Frente a esta constatação, é importante refletir sobre o papel dos lugares de memória e as relações entre esses espaços e o público que frequenta os museus.

Gonçalves, baseado em Walter Benjamin, com o intuito de fazer um estudo sobre os museus nas grandes cidades contemporâneas, realiza uma reflexão sobre o público que frequenta os museus. Para isso, diferencia dois tipos de público: o “*flâneur*” e o “*homem-da-multidão*”. Flâneur seria uma definição de “passeante”, “*flânerie*” seria uma espécie de passeio causal, sem destino certo. Essa contraposição é interessante na medida que caracteriza dois tipos ideais de visitantes, bem como dois tipos de relações estabelecidas entre os habitantes das cidades e os museus:

Um e outro representam modos diversos de reagir do universo da grande cidade, ao seu ritmo vertiginoso e à sua impessoalidade. O *flâneur* recusa-se a ser absorvido por esse termo, recusa-se a perder sua subjetividade no universo da multidão. Ele caminha lentamente e experimenta de modo subjetivo cada detalhe visual, tátil, auditivo ou olfativo das ruas da cidade. O fundamento do pensamento e da experiência da *flânerie* é a ociosidade, a contemplação [...]. (GONÇALVES, 2003, p. 178)

O visitante flâneur, cada vez mais raro na nossa sociedade, é marcado pela ociosidade (mas um ócio produtivo, um momento de reflexão sobre sua realidade) e pela contemplação do mundo a sua volta. Não está submerso na velocidade alucinante que move as grandes cidades. Nesse sentido, Gonçalves também diferencia o museu-narrativa do museu-informação. “Cada um corresponderia a um tipo de relação com o público e a experiências humanas situadas num *continuum*, cujos pólos seriam delimitados pelas figuras do *flâneur* e do homem-da-multidão.” (GONÇALVES, 2003, p. 180).

O museu-narrativa é um espaço de contemplação e reflexão, que cria um ambiente de forte relação entre o narrador (o museu), aquilo que está sendo contado (através das exposições, por exemplo) e o público (o visitante). Esse tipo de museu é marcado pelas relações pessoais existentes entre os envolvidos. Esse museu é um espaço dissociado do ritmo da vida moderna. É caracterizado pelo grande acúmulo de objetos, expostos sem maiores informações aos visitantes. Seu público é restrito, bem como seu acervo, que geralmente faz parte de famílias das elites ou mesmo próceres políticos. Os profissionais envolvidos com esse tipo de museu assumem um perfil voltado para a identificação, autenticação, pesquisa, comunicação e divulgação do acervo.

O museu-informação, diferente do espaço do flâneur, está atrelado ao público característico da grande cidade, marcado pela definição do homem-multidão. Os visitantes que frequentam esse tipo de museu estão inseridos no ritmo acelerado da sociedade moderna. Esse público busca ter acesso à informação, e mesmo ao lazer, como um bem cultural característico de uma sociedade de consumo em massa. De acordo com Gonçalves, “[...] é para esse visitante que se montam os serviços de infra-estrutura dos museus, assim como todo o conjunto de atividades culturais e objetos que se vendem no espaço das modernas instituições do gênero.” (GONÇALVES, 2003, p. 183).

Essa realidade acarreta um grande problema, que vai ao encontro das questões levantadas por Tedesco e Possamai sobre a seleção do patrimônio, dos bens e dos acervos. Em busca de

uma democratização do acesso a esses bens, chegou-se a uma fragmentação do patrimônio, onde cada grupo teria seu patrimônio. O museu-informação trabalharia nesse sentido, contribuindo ainda mais para esse contexto, adaptando-se ou mesmo sujeitando-se a esse público. Porém, o que ocorre no cotidiano dos museus é a existência desses dois tipos em um único espaço. É difícil encontrarmos esses dois tipos ideais (bem como de público) claramente definidos. Geralmente as características de museu-narrativa e de museu-informação coexistem em um mesmo lugar.

É possível constatar a encruzilhada em que os museus se encontram. Como trabalhar com um grande e diversificado público, acostumado com o consumo efêmero e imediato de informações sem perder a “aura” de contemplação e reflexão de um museu-narrativa? Como trabalhar o patrimônio de forma democrática, garantindo o acesso de todos os grupos sociais ao museu e o direito à memória sem cair nas armadilhas que o processo de seleção de bens patrimoniais impõe aos profissionais de museus? Não é intenção apresentar soluções universais e generalizantes aos presentes problemas, mas apontar caminhos percorridos pela prática de um historiador no MHR. Os próprios problemas colocados acima foram observados no cotidiano desse museu. Outros museus podem enfrentar diferentes problemas, ou inclusive as mesmas situações, porém, trilhando outros caminhos para o seu trabalho.

Pontos de referência para a pesquisa e ensino

Concordando com pesquisadores da área de educação, museologia e história, citados no presente artigo, é possível apontar a educação patrimonial e a pesquisa como um caminho para lidar com os questionamentos pontuados acima. Um destaque do trabalho do MHR é o desenvolvimento de projetos de ação pedagógica que visam não apenas “divulgar” as exposições, eventos e outras atividades, mas tornar o museu um espaço de ensino. Para isso, é necessário definir a própria ideia de educação a ser assumida pelos profissionais envolvidos. Simplesmente afirmar que o museu é um espaço de educação patrimonial apenas por expor seu acervo não vai ao encontro do ideal aqui buscado. É importante ressaltar que a pesquisa sobre o público que visita o museu é fundamental para definir as linhas estratégicas da ação pedagógica. Nesse sentido, pesquisa e ensino constituem atividades inseparáveis.

De acordo com Possamai (2002 b, p. 77), a pesquisa em museus é uma atividade essencial, constituindo-se como uma das bases da sua existência desde a Antiguidade. Mas é claro que existem singularidades e diferenças entre pesquisas realizadas em um museu e em outros espaços. Concordando com a autora, os museus devem praticar atividades de pesquisa que estejam inseridas na chamada pesquisa pública. “A diferença fundamental entre pesquisa pública e aquela exercida no âmbito acadêmico reside na forma de devolução ao público e de acesso do mesmo ao conhecimento produzido.” (POSSAMAI, 2002 b, p. 77). Essa consideração vai ao encontro da pirâmide museal proposta por Giraudy e Bouilhet (1990, p. 10), onde a base de um museu estaria fundamentada no tripé: o prédio (o museu), o acervo e o público.

Elencando o prédio como primeiro, os autores apontam a importância da administração, do planejamento e da definição do perfil dos profissionais no que diz respei-

to à pesquisa e educação. O acervo é a essência do museu, compreendido como patrimônio da sociedade. Mesmo os museus que trabalham com um patrimônio imaterial, como língua, festas, tradições, entre outros exemplos, possuem acervo, mas com características particulares, pois o trabalho dos profissionais gira em torno do registro das transformações que ocorrem nesse patrimônio. Entre o acervo e o público, ainda aparece na pirâmide museal o “pessoal”, os profissionais do museu, responsáveis pela conservação e pesquisa do acervo, pela informação e pelas atividades que envolvem educação do público.

O “pessoal” do museu é responsável, portanto, por estabelecer as relações entre o acervo e o público. Isso implica pesquisa e ensino, atividades indissociáveis em qualquer espaço voltado para a educação. Entre as atividades de pesquisa fundamentais de um museu está a investigação minuciosa na aquisição de seu acervo. Esse tipo de pesquisa deve orientar a entrada de outros bens para o acervo. No caso do MHR, esta etapa de pesquisa foi iniciada com a reabertura do museu em 1996. Como ficou um tempo desativado, a maioria do acervo já se encontrava com o poder público, contendo poucas informações e registros. Uma das primeiras atividades envolvendo a pesquisa do acervo foi o conhecimento amplo e geral de sua constituição (para orientar futuras aquisições por meio de doações), para depois buscar informações complementares e pontuais sobre os objetos, documentando esse acervo. Concordando com Possamai (2002 b, p. 80)

Assim, nas atividades museográficas, a pesquisa não é uma mera busca de fontes com a finalidade de suprir informações para exposições temporárias montadas de forma rápida e superficial. Ao contrário, a atividade de investigação no museu pode definir temáticas e problemas a adquirirem o formato museográfico, como forma de dar acesso aos seus resultados alcançados ao grande público.

Além de sua documentação, a pesquisa sobre o acervo deve ser direcionada ao público que visita os museus. A principal forma de comunicação da pesquisa em museus são as exposições. Possamai demonstra que as exposições devem estar articuladas com as pesquisas sobre o acervo, não apenas pelas informações levantadas sobre os objetos que fornecem o suporte para o planejamento e execução das exposições, mas para proporcionar temas e problemas que vão adquirir “formato museográfico” nas salas do museu. O objetivo é romper com uma simples mostra do acervo (onde apenas um público flâneur consegue contemplar, refletir e aproveitar a visita), pensar em exposições destinadas ao “grande público” (homem-da-multidão), sem que o museu deixe de ser um espaço de reflexão e contemplação.

Todas as atividades do museu devem estar associadas a pesquisa, incluindo os projetos e ações educacionais. Especialmente quando pensamos no historiador, que, juntamente com os demais profissionais de museus, deve ser responsável “[...] pela pesquisa de acervos, pela elaboração de sistemas de documentação, pela concepção e montagem de exposições, pela elaboração de projetos educativos e culturais.” (POSSAMAI, 2008 b, p. 205). Em relação à pesquisa e elaboração da ação pedagógica, o historiador deve tomar os mesmos cuidados que envolvem a pesquisa no acervo, deve ter como objetivo o público visitante. Não adianta os projetos e pesquisas assumirem um nível excelente, porém, manterem-se distantes do seu público alvo. Para Pos-

samai (2002 b, p. 81), os museus evitam esse tipo de problema a partir da definição do seu perfil:

Evita-se esse tipo de problemas articulando-se diretamente a atividade de pesquisa ao conceito de museu ou ao projeto de museu que se deseja implementar. Esse conceito de museu leva em conta sua trajetória histórica – origem de sua fundação, atribuições que teve ao longo do tempo, reformulações –, sua tipologia – museu de arte, museu histórico, museu antropológico –, sua área de abrangência temática – museu de cidade, museu regional – e até mesmo as diretrizes teóricas ou políticas escolhidas.

O MHR é um museu de tipologia histórica, sua trajetória, desde a reabertura em 1996, é marcada por atividades de educação patrimonial que buscam conscientizar o público sobre a importância do patrimônio histórico e da própria existência de museus e políticas culturais voltadas para a manutenção de propostas e projetos de preservação da história e da cultura da cidade. É um museu regional não apenas no título. Apesar de a região norte do planalto apresentar outros museus, com propostas de atividades educacionais e de pesquisa, o MHR recebe constantemente visitantes das cidades vizinhas. Essas características são elementos fundamentais para a definição das estratégias e linhas de pesquisa e ação pedagógica do museu. O outro elemento fundamental para pensar e definir as ações é a pesquisa do seu público alvo.

Depois de praticamente três décadas de existência, é possível constatar que a maioria do público visitante é formado por alunos e professores de escolas das redes públicas e particulares de ensino de Passo Fundo e região. Além de municípios que visitam o museu, este espaço recebe visitantes de outras cidades, estados e países (especialmente durante eventos internacionais realizados na cidade). Com base nos livros de visitas e na procura por atividades desenvolvidas pelo museu, durante o trabalho exercido no MHR, foi planejada uma linha de atuação para pesquisa e ação pedagógica tendo em vista dois tipos de públicos: alunos e professores de ensino básico e moradores de Passo Fundo que visitam esporadicamente o museu. Ambos os públicos podem ser caracterizados, a partir da definição apresentada por Gonçalves, como “homem-da-multidão”. É claro que essa tipificação proposta é ideal. Poderíamos inclusive pensar em um visitante que caminhasse no meio termo dessas duas caracterizações.

Porém, de forma geral, percebemos que as escolas que visitam o museu trazem suas turmas para realizar um passeio, sem nenhuma ou pouca relação com aprendizagem, ou mesmo contemplação e reflexão em torno das exposições. Esta perspectiva vem mudando, muitos professores e alunos já percebem o museu como um espaço onde podem, além de realizar um passeio, compreender mais sobre a história da cidade e explorar atividades oferecidas pelo MHR. Isso deve-se, em grande parte, ao persistente trabalho de educação patrimonial realizado desde a reabertura do museu. Cabe destacar que não foi objetivo abandonar o caráter de lazer da visita ao museu. Não se objetivou tornar o museu um espaço de ensino formal, alinhado à determinada concepção de ensino ou currículo. Em virtude de seu público ser as escolas e de sua crescente procura por atividades oferecidas pelo museu, além das exposições, nasceu uma perspectiva adequada, tanto para a ação pedagógica como para as próprias exposições, ao perfil do grande público, procurando evitar abandonar as características de outros tipos de visitantes.

Depois desse breve esclarecimento sobre as direções que pesquisadores podem e devem trilhar em seu trabalho em museus, é importante definir o perfil de ação pedagógica que um museu histórico pode assumir para a sociedade. Assim como a pesquisa em museus assume características diferentes do âmbito acadêmico, as atividades voltadas para a educação nesses espaços também seguem linhas diferentes do ensino em ambiente escolar. Atividades educacionais em museus envolvem alguns dos conceitos citados acima, como memória, identidade e patrimônio em suas relações com a história. Mesmo no caso do MHR, em que seu grande público consiste em alunos do ensino básico, as relações de aprendizagem estabelecidas entre os sujeitos envolvidos na atividade educacional são diferentes, como veremos no próximo item. Antes de aprofundar essa diferença, é importante citar as considerações de Meneses (2000, p. 93) sobre os cuidados que o pessoal do museu deve ter em mente acerca da ação pedagógica. De acordo com o autor:

A educação vem sendo percebida pelos museus não só como campo estratégico e de extraordinário potencial, mas até como aquele capaz de justificar por si só sua própria existência e, quem sabe, redimi-la dos pecados do passado, como o elitismo, o estetismo redutor, o papel homologatório de interesses dominantes, a alienação social, os compromissos ideológicos, etc., etc.

Além de ser uma estratégia para atrair um público maior e cada vez mais diversificado, as atividades que envolvem educação em museu podem dar uma resposta aos problemas levantados inicialmente, relativos à característica seletiva inerente ao trabalho com o patrimônio, à fragmentação de identidades do mundo moderno e à consequente configuração de um público que perde cada vez mais seu perfil *flâneur*. A importância da educação nos museus foi referendada na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, na Subseção II da Seção II, com o título “Do Estudo, da Pesquisa e da Ação Educativa.” Esse documento indica que além de realizar pesquisas sobre o seu público, os estudos também deverão nortear a aquisição e descartes de acervos, identificação e caracterização dos bens culturais, a promoção de “ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da nação.”

A referência que Meneses faz à educação como a redenção e salvação dos museus pode ser percebida na própria legislação brasileira a respeito do tema. Mas devemos considerar “[...] os riscos de a educação transformar-se numa cômoda tábua de salvação, anestesiando as consciências e responsabilidades profissionais que não se empenham nas exigências amplas, rigorosas e profundas que a ação educacional imperiosamente determina.” (MENeses, 2000, p. 93). Memória, identidade, patrimônio são elementos que devem ser rigorosamente pensados e criticados quando inseridos em atividades de ensino em qualquer espaço.

É preciso evitar as “rememorações” de historiadores memorialistas, os “resgates” de memórias de determinados grupos. Identidade e patrimônio são conceitos que não devem ser concebidos como elementos estáticos e naturais. Os significados que diferentes grupos sociais atribuem à memória patrimonial (entre outros elementos que contribuem para tentativas de

cristalização de identidades), sofrem transformações constantes em virtude de experiências que se desenrolam no presente. Portanto, aquilo que o patrimônio representa hoje para a comunidade, pode se modificar no futuro. Para que a educação assuma realmente um papel importante dentro dos museus, é necessário definir a concepção de educação a ser assumida:

Para efetivar uma proposta de educação e de ensino de história que tenha significado para o aluno e esteja vinculada à realidade social, é fundamental que o educando pense criticamente para formar seu próprio ponto de vista sobre os temas e problemas a serem debatidos. (KNACK, 2011, p. 292)

O “conteúdo”, o conhecimento no ensino de história não pode constituir um fim em si mesmo. Deve ser um meio, um instrumento que possibilite ao educando ampliar, significar e ressignificar sua realidade. Os acervos, os bens patrimoniais, também não devem bastar como um fim em si mesmo para serem sacralizado em exposições desvinculadas do mundo em que vivem seus visitantes. O trabalho com o patrimônio envolve o estabelecimento de relações históricas entre presente/passado, o uso de documentos utilizados em pesquisa pode envolver a história local e as representações atribuídas a esse bem pelos diferentes grupos da sociedade. Nossa preocupação é que “[...] a memória invocada traga elementos de identificação dos diversos grupos socioculturais sob uma pluralidade de abordagens e escalas possibilitando, dessa forma, que os diversos lugares de memória e grupos-sujeitos se reconheçam pertencentes à cidade e, portanto, comprometido com ela.” (MACHADO, 2011, p. 238).

A definição de bem cultural de Maria Beatriz Pinheiro Machado (2004, p. 12) vai ao encontro da perspectiva de educação patrimonial que envolve o trabalho com acervos de museus adotada no presente artigo. De acordo com a autora, bem cultural “[...] é o resultado da ação do homem, fruto de relações que estabelece com a natureza e com os outros homens.” Quando os sujeitos ou grupos criam instrumentos, ferramentas, utensílios, edificações estão alterando a realidade em que se encontram, estão produzindo cultura. Esses bens, que resultam de atividade cultural humana, permitem aos historiadores estabelecerem as relações entre passado e presente. A compreensão dessas relações é o grande objetivo da educação patrimonial.

A educação patrimonial deve ser direcionada também para a valorização das memórias coletivas a partir da apropriação do patrimônio cultural da sociedade. Mas isso não significa que os educadores e educandos envolvidos nesse processo de ensino/aprendizagem não possam se apropriar desse patrimônio de forma reflexiva e crítica. Como toda atividade educativa, o trabalho com o patrimônio deve contribuir para a autonomia dos sujeitos e fornecer conhecimento necessário para que esses possam expandir sua visão sobre o mundo em que vivem e nele interferir de forma consciente. Nesse sentido, a palavra valorizar não adquire a conotação de “rememoração” ou “resgate” da memória patrimonial de determinados grupos pertencentes a uma elite. Pelo contrário, possibilita trabalhar com as diferentes categorias de patrimônio, mostrando aos educandos, a partir das relações históricas estabelecidas entre o bem cultural em questão e o presente, como diferentes seg-

mentos sociais estão associados às transformações históricas representadas pelo patrimônio.

Gonçalves (2009, p. 66) contribui para pensar os “objetos de museus” dentro dessa perspectiva de educação patrimonial plural e crítica proposta no MHR. O autor aponta que “[...] os objetos materiais desempenham uma função constitutiva, dando forma e materialidade à nossa autoconsciência individual e coletiva.” Os objetos, entendidos como bens culturais, não devem ser menosprezados enquanto elementos constitutivos de identidades. Nossa vida é permeada pelo uso de objetos, que possuem significados práticos e/ou simbólicos, como o próprio autor assinala, tornam-se extensões do nosso corpo. É importante explorar esses aspectos quando o acervo de um museu é apresentado em uma exposição. Porém, é importante refletir sobre as transformações que um objeto sofre quando torna-se um acervo de museu:

Nessa passagem ritual, do cotidiano ao museu, os objetos são, de certo modo, despidos de suas ambiguidades, de suas funções originais (sejam mágico-religiosas, econômicas, políticas ou sociais), e, sobretudo, são separados do corpo de seus usuários, assumindo, dali em diante, mais um valor de exibição do que um valor ritual. (GONÇALVES, 2009, p. 69)

Explorar essa ambiguidade entre o uso prático/simbólico que os objetos possuem no cotidiano do período em que foram produzidos e os usos que são atribuídos a eles dentro do museu (e outros lugares de memória) é uma importante e interessante função da educação patrimonial. De acordo com Gonçalves, essa ambiguidade pode ser caracterizada como a contraposição entre “memória” e “história”, que se traduz tanto enquanto perfil de profissionais e instituições, quanto como estruturas conceituais. Profissionais e instituições que centram suas atenções no objeto por si mesmo estariam situando-se no âmbito da “memória”, constituindo-se em espaços especializados e dedicados ao trabalho de recuperação, identificação e autenticação de objetos. Aqueles que se situam no âmbito história, vinculados a concepções da nova museologia, compreenderiam os objetos como fontes de pesquisa, educação e produção de conhecimento histórico. As estruturas conceituais associadas à memória seriam aquelas relacionadas à experiência e à sensibilidade dos sujeitos, como olfato, tato, audição, sentimentos, entre outros, já as associadas à história trabalhariam com conceitos como identidade, memória, patrimônio, próprios de profissionais das ciências humanas.

Esta ambiguidade é uma característica dos museus históricos, faz parte do cotidiano dos profissionais envolvidos com seu trabalho. Essa característica não deve se constituir em oposição entre memória e história. Gonçalves aponta que surgiram muitas críticas aos espaços que trabalhavam a memória como um fim e não como um meio para produção de conhecimento científico, o que teria impulsionado uma renovação museológica, que acabou opondo a nova museologia aos espaços que dedicam-se ao trabalho com a memória por ela mesma. É claro que se os profissionais que planejam e executam as atividades de pesquisa e educação que envolvem os museus observarem apenas critérios científicos em seu trabalho, podem não alcançar seu grande público, tornando-se um espaço elitizado, onde apenas acadêmicos compreendem e se identificam com sua produção. Entendemos que o trabalho em um museu histórico é singular,

como colocam Possamai e Meneses. Atividades de pesquisa e ensino realizadas nesse espaço diferem da esfera acadêmica, pois estão intimamente relacionadas às demandas de seu público.

Não é intenção abandonar o “glamour” que envolve a experiência de observação, contemplação e reflexão sobre o acervo exposto, experiências que envolvem mais os sentidos do que a apropriação de conhecimento científico a partir das estruturas conceituais como identidade, patrimônio e história. A intenção é alinhar, unir as duas linhas. Pensar em exposições e atividades que não percam de vista o horizonte das experiências contemplativas com o passado, mas que também possibilitem a reflexão, problematização e produção de conhecimento, contribuindo para a valorização plural e democrática do patrimônio.

Planejamento e execução de atividades voltadas para pesquisa e ensino em museu

Não faz parte do perfil de museu defendido no presente artigo o trabalho apenas com exposições informativas e atividades culturais destinadas a um consumo rápido e divertido. Durante minha trajetória enquanto estagiário e coordenador da ação pedagógica (bem como em outros momentos da história do MHR), buscou-se proporcionar, além da informação e do lazer, um espaço de reflexão, contemplação e problematização da sociedade. Para efetivar esse grande objetivo, alguns obstáculos foram encontrados. O primeiro é a própria definição do perfil de museu. Teoricamente, esta etapa foi definida, havendo consenso entre o pessoal do museu sobre a direção a ser seguida, que é compreender o museu como um espaço de lazer e educação patrimonial voltado à comunidade e também um laboratório de formação para os acadêmicos do curso de História da Universidade de Passo Fundo, que exercem importante papel atuando como estagiários.

A primeira pesquisa sobre o papel e o trabalho dos estagiários no museu foi realizada no período de 2003 e 2005, projeto desenvolvido pela equipe do MHR, sob orientação da professora Dra. Ironita P. Machado, com o título *História, Museu e Ensino: formação & prática. As conclusões dessa pesquisa foram publicadas na revista Semina: cadernos dos pós-graduandos do programa de pós-graduação em História UPF*. Destacando a importância de atividades de extensão e pesquisa para a formação acadêmica nas principais universidades do país, essa pesquisa apontou que:

O Museu Histórico Regional é um exemplo dessa ação de formação acadêmica, pois a relação pesquisa/docência praticada no museu para a realização das exposições gera a produção de um conhecimento histórico a ser transmitido à comunidade através de textos e da monitoria, ao mesmo tempo instigando perguntas, dúvidas e discussões/problemas a respeito da exposição. Nesse sentido, o papel do pesquisador e do educador funde-se no trabalho e no perfil do monitor de museu. (MACHADO, 2005, p. 61)

Essa pesquisa foi essencial para estabelecer uma linha de ação para o MHR. A partir dessas conclusões, foi definido o perfil do museu, levando em consideração as necessidades da sociedade e da formação dos acadêmicos em história. Percebe-se que as atividades de pesquisa e educação estão relacionadas ao planejamento e execução de exposições, o

que insere os acadêmicos estagiários nas peculiaridades dessas atividades em museus. Ainda no período dessa pesquisa, foi apontado um dos principais desafios do MHR na época:

Aqui, o Museu Histórico Regional de Passo Fundo situa-se diante da necessidade de perceber os desafios de reconhecer a diferença das culturas, das memórias, das histórias e do contexto vivido dos sujeitos envolvidos em processos educativos e, assim, de reconhecer a pluralidade identitária de grupos e lugares, podendo promover a elaboração de um projeto que instaure um processo democrático de modernização e humanização do local através das atividades oferecidas à comunidade. (MACHADO, 2005, p. 67)

A constatação desse problema a ser enfrentado é significativa e vai ao encontro dos argumentos levantados por Meneses e Gonçalves. Quando afirmamos que a educação aliada à pesquisa é o caminho a ser seguido pelos museus, ressaltando as particularidades dessas atividades nesse espaço, devemos lembrar o alerta de Gonçalves em relação ao cuidado para não correr o risco, ao assumir a necessidade da observação e valorização democrática da pluralidade de identidades com que o pessoal do museu deve trabalhar, de cair em um espaço fragmentado, onde cada sujeito teria seu patrimônio, caracterizando um contexto até de invenção de representações, tradições e memórias, o que tornaria o museu um local meramente informativo.

Os grandes objetivos dessa pesquisa realizada em 2005 eram: compreender a atuação e a reflexão sobre a prática do acadêmico de história no âmbito da pesquisa histórica, da educação patrimonial e do ensino de história no MHR; debater as orientações teórico metodológicas da pesquisa, do ensino de história, de educação patrimonial e de questões referentes à museologia; promover e interpretar a formação e prática dos graduandos em história em espaço não-formal; analisar as fontes adotando uma perspectiva metodológica orientada pela “pesquisa-ação” (a fonte de pesquisa era a própria prática, a ação dos acadêmicos de história em seu trabalho no museu). Os resultados dessa pesquisa orientaram a definição do perfil do museu e seus objetivos a longo prazo. Podemos nuclear esses resultados em três pontos: a) elaboração de uma primeira concepção de formação e prática do acadêmico de história no trabalho em museu; b) identificação do imaginário dos visitantes sobre o museu, bem como suas condições cognitivas; c) fortalecimento do princípio e da prática de integralização de três princípios básicos inerentes às atividades de um museu vinculado à universidade: graduação, pesquisa e extensão.

Os resultados *a* e *c* contribuíram para orientação dos trabalhos a serem realizados pelos estagiários do curso de História da Universidade de Passo Fundo (UPF) no MHR. De acordo com os resultados da pesquisa, as atividades dos estagiários foram definidas a partir de quatro funções básicas: participação na elaboração e execução de projetos de trabalho e de exposições; definição de um plano de ação, baseado na primeira função; participação e auxílio na montagem de exposições, envolvendo a pesquisa para definição de temas e problemas a serem expostos a partir da seleção do acervo, produção de textos informativos e roteiro de monitoria; monitoria de exposições, onde o estagiário auxilia na narrativa dos temas/problemas planejados previamente pela equipe.

O resultado *b* dessa pesquisa definiu a linha da ação das atividades de pesquisa e educação patrimonial do MHR, planejadas, desenvolvidas e executadas por professores e estagiários

do curso de História da UPF e funcionários do museu (secretários e museólogos). Primeiramente foi percebido o grande público visitante das exposições do museu, as escolas de ensino básico da região. A partir da própria experiência de monitoria e atendimento aos visitantes, foi constatado que o imaginário do público sobre o museu distanciava-se da proposta planejada pela equipe de trabalho. Como já indicado, as turmas de visitantes pretendiam realizar um passeio, sem uma orientação prévia do que é um museu, das exposições em vigor no momento, de atividades oferecidas e muitas vezes até de como se comportar durante a visita, o que gerava uma série de problemas: escolas que traziam um número muito grande alunos, que extrapolava a capacidade de atendimento, falta de interesse dos educadores e educandos nas exposições (os visitantes ficavam mais animados com o “passeio” fora da escola do que com o acervo, os temas e questões que configuravam as exposições) e a concepção de museu como um simples depósito de coisas antigas, desvinculadas da realidade em que se está vivendo.

Frente a estas constatações, procuramos atender às necessidades do nosso grande público, mas sem abandonar a compreensão do museu como um espaço de pesquisa e ensino aberto à comunidade. A primeira medida adotada foi o desenvolvimento de estratégias, atividades e projetos envolvendo a educação patrimonial de nossos visitantes. Nesse primeiro momento, foram realizadas ações buscando atingir nosso grande público em duas direções: oferecer oficinas e atividades abertas aos professores das redes públicas e particular de ensino da região e aos acadêmicos dos cursos de licenciatura (os futuros professores). Essas atividades consistiam em apresentar o museu como um espaço de ensino, mostrar o trabalho realizado pela equipe, como são planejadas as exposições e como as escolas poderiam aproveitar mais suas visitas, relacionando a história local/regional com os conteúdos curriculares. A partir dessa perspectiva, foram desenvolvidas diferentes atividades, segue breve relato de alguns projetos desenvolvidos pelo MHR.

Um exemplo foi a oficina *Dia de índio: um exemplo de como trabalhar datas comemorativas no ensino básico*, coordenada pela Prof. Dra. Ironita P. Machado e executada pela equipe do MHR em abril de 2003. Em virtude da grande procura dos professores da cidade pelo acervo arqueológico e dos nativos da região durante a semana do índio em Passo Fundo, foi planejada uma oficina que procurava debater como trabalhar de forma crítica datas comemorativas tendo como exemplo o dia do índio. Contribuindo para evitar generalizações grosseiras sobre os índios, a oficina, além da fala dos profissionais que faziam parte da equipe do museu em 2003 sobre comemorações e a história dos nativos da região, incluía a visita da exposição *Nativo, estética e inclusão social*, que procurava estabelecer um paralelo entre a história dos índios e sua situação atual através de fotos e objetos do acervo. Também foi oferecida para a comunidade (escolar, sobretudo) uma atividade que envolvia a visita de turmas à exposição e, depois, na cozinha do museu, participavam da elaboração de uma receita da culinária indígena local.

Também é interessante mencionar a exposição *Município, história(s) e patrimônio(s)*, realizada entre junho e agosto de 2004. Essa exposição foi pensada e planejada a partir de um grave problema enfrentado por inúmeras cidades brasileiras: a destruição do patrimônio histórico arquitetônico. Passo Fundo enfrentava, no início da década de 2000, intenso processo de

verticalização e modernização urbana, acarretando uma supervalorização da área central e uma especulação imobiliária que levou à destruição de inúmeros edifícios que marcavam a história de diferentes grupos da comunidade. Com o objetivo de chamar atenção para o problema, o museu realizou uma exposição fotográfica com fotos antigas e atuais dos espaços que sofriam com o progresso agressivo. Junto à exposição também ofereceu a atividade chamada de *Passeio histórico cultural*. Foi elaborado um roteiro que acompanhava a expansão urbana da cidade a partir de edificações históricas. Dessa forma, os estagiários acompanhavam os grupos de visitantes, narrando o desenvolvimento urbano e a história do município a partir do patrimônio histórico, chamando atenção para os espaços ameaçados pelo processo de verticalização.

Outro projeto desenvolvido pelo MHR, em parceria com o Arquivo Histórico Regional da UPF (AHR), é o *Memória e Acervos*, planejado e executado entre 2011 e 2012. Esse projeto tem como objetivo divulgar o trabalho dos diferentes lugares de memória da Universidade de Passo Fundo através de cinco módulos de oficinas realizadas com profissionais de diferentes áreas (MHR, AHR, Museu Zoobotânico Augusto Rusch, Museu de Artes Visuais Ruth Schneider, Arquivo Central e Memorial da UPF), difundindo como cada um desses espaços compreende e trabalha com seus respectivos acervos, bem como atividades envolvendo educação patrimonial. O público alvo desse projeto são professores das redes públicas e particulares de ensino, acadêmicos das instituições de ensino superior da região, os profissionais de cada um dos espaços citados e a comunidade em geral. O objetivo da proposta não é apenas capacitar os participantes no trabalho com diferentes acervos, mas também valorizar e conscientizá-los sobre a importância da preservação da memória patrimonial.

Também é fundamental ressaltar a participação do MHR no programa televisivo *Momento Patrimônio*, realizado pela parceria entre o Curso de História e Jornalismo da UPF e UPF TV. A série partiu de um projeto de extensão que tinha como objetivo debater questões relacionadas ao patrimônio histórico, cultural, artístico e ambiental. Foram planejados e executados entre 2011 e 2012 sete programas de mais ou menos meia hora que foram ao ar pela UPF TV. Cada programa tratou de um tema diferenciado a partir da formação de mesas de debates com convidados de diferentes setores da sociedade, desde professores, historiadores, arquitetos, filósofos, ambientalistas, promotores, secretários municipais, etc. Cada mesa era composta por três ou quatro participantes, incluindo o mediador, que também era um debatedor. A participação do museu nesse projeto vai ao encontro dos seus objetivos, pois envolve os acadêmicos de história que atuam como estagiários na organização e pesquisa sobre os temas de cada programa, bem como oferece um retorno ao seu grande público a partir de um meio que se distancia das formas narrativas características dos museus.

Existem outros projetos realizados desde a reabertura do MHR até o presente que poderiam ser mencionados. Além de não ser principal foco do presente artigo, seria muito extenso apresentar um relato, mesmo que breve, de todos esses trabalhos. As atividades mencionadas nesse artigo procuram exemplificar as reflexões teóricas apresentadas nos dois primeiros itens. O projeto de pesquisa *História, Museu e Ensino: formação & prática* foi essencial na medida em

que levou os envolvidos a pensar sobre a prática do acadêmico de história dentro de um museu, levando a uma definição de perfil de estagiário e a reflexões sobre o perfil do público visitante, definindo um linha de ação para a equipe de trabalho. As outras atividades mencionadas mostram como um museu histórico pode trabalhar para resolver desafios que envolvem o público, o trabalho com o acervo e sua divulgação. É claro que sempre irão surgir novos problemas/desafios a serem trabalhados, por isso, é necessário realizar avaliações constantes sobre o público visitante, com intuito de pensar no perfil de museu que se quer assumir, bem como nas características essenciais para o trabalho do historiador nesse espaço, que também estão em constante mudança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosso: Lapa, 1996.

AIDAR, Gabriela. Museus e inclusão social. In: **Ciências e letras**. Revista da faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, nº 31 (jan/jun 2002).

FÉLIX, Loiva Otero. **História & memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: UPF, 1998.

GIRAUDY, Danièle; BOUILHET, Henri. **O museu e a vida**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória: Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro-RS: Belo Horizonte: UFMG, 1990.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os museus e a cidade. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A magia dos objetos: museus, memória e história. In: PRIORI, Angelo. (org.). **História, memória e patrimônio**. Maringá: Eduem, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes P. Educação patrimonial. In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). **Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS)**. Passo Fundo: Méritos, 2011.

JULIÃO, Leticia. Apontamentos sobre a história do museu. In: **CADERNO DE DIRETRIZES MUSEOLÓGICAS**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

JULIÃO, Leticia. Pesquisa histórica no museu. In: **CADERNO DE DIRETRIZES MUSEOLÓGICAS**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Educação patrimonial: pensando sobre Passo Fundo. In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). **Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS)**. Passo Fundo: Méritos, 2011.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão; AIMI, Tânia. Na trilha do patrimônio. In: ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita P. (orgs.). **Momento patrimônio**. Passo Fundo: Berthier, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

MACHADO, Ironita P. Formação e prática: uma experiência em museus. In: **Semina**: cadernos dos Pós-Graduandos do Programa de Pós-Graduação em História. Vol.1. n.3. Passo Fundo: UPF, 2005.

MACHADO, Ironita P. Patrimônio: história, cultura e educação. In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). **Patrimônio, memória e poder**: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS). Passo Fundo: Méritos, 2011.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação patrimonial**: orientações para professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul: Maneco Livr. & Ed., 2004.

MARQUES, Luiz Alberto de Souza. **Estudo do meio**: descobrindo e revelando espaços, tempos e saberes: ensino de história e geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Passo Fundo: UPF, 2009.

MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o patrimônio cultural Uma construção permanente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. In: **Ciências e letras**. Revista da faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, nº 27 (jan/jun 2000).

PACHECO, Ricardo Aguiar. O ensino de história com base na educação patrimonial e no Estudo do Meio. In: **Cadernos do CEOM Espaço de memória**: abordagens e práticas. Chapecó: Argos, 2010.

POHL, Angelo Inácio. Patrimônio cultural e representações. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. (org.). **Educação patrimonial**: perspectivas. Santa Maria: UFSM, 2005.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Patrimônio e museu**: história e memórias da cidade. In: Anos 90, Porto Alegre, n.14, dezembro de 2000.

POSSAMAI, Zita Rosane. Entre lembranças e esquecimentos: o Rio Grande do Sul nos lugares de memória. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza; FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002. a

POSSAMAI, Zita Rosane. A pesquisa no museu. In: **Ciências e letras**. Revista da faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, nº 31 (jan/jun 2002). b

POSSAMAI, Zita Rosane. Destruição legal e ilegal do patrimônio histórico: problemas, limites e o papel do historiador. In: HEINZ, Flávio M.; HARRES, Marluza Marques. (orgs.). **A história e seus territórios**: Conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH. São Leopoldo: Oikos, 2008. a

POSSAMAI, Zita Rosane. O ofício do historiador e novos espaços de atuação profissional. In: **Anos 90**, Porto Alegre, n.14, dezembro de 2008. b

SAMARA, Eni de Mesquita; PEIXOTO, Denise Cristina Carminatti. Museus enquanto espaços de atuação para o profissional de história. In: HEINZ, Flávio M.; HARRES, Marluza Marques. (orgs.). **A história e seus territórios**: Conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH. São Leopoldo: Oikos, 2008.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TEDESCO, João Carlos. **Passado e presente em interfaces**: introdução à uma análise sócio-histórica da memória. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Xanxerê: Ed. Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011.

Notas

* Doutorando em História pela PUC-RS.

¹ O MHR inicia sua trajetória em 1977, fundado pela prefeitura de Passo Fundo com o nome de Museu Histórico Cultural, funcionando entre o período de 1977 até 1990, quando é fechado e fica aproximadamente cinco anos desativado. “Reiniciou suas atividades em 1996, ocasião em que foi firmado um convênio entre a Prefeitura Municipal de Passo Fundo e a Fundação Universidade de Passo Fundo. Desde então, o Museu assumiu a sua designação atual MHR, permanecendo instalado no mesmo prédio da antiga Intendência Municipal.” (KNACK; AIMI, 2012, p. 105). É importante frisar que as reflexões apresentadas nesse artigo dizem respeito às experiências do autor do presente trabalho como estagiário (2003-2005) e posteriormente como Coordenador da Ação Pedagógica (2011-2012), constituindo um pequeno hiato na história da instituição. Cabe ainda destacar que o MHR ocupa o mesmo prédio que o Museu de Artes Visuais Ruth Schneider, inaugurado em 1996. Para maiores informações sobre exposições, ação pedagógica, projetos e acervo, visitar o site do MHR: www.upf.br/mhr/